

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL

POPULATION AGING IN BRAZIL: A LOOK FROM SOCIAL SERVICE

Antonio Nacílio Sousa dos Santos ¹

Resumo: Dados do Banco Mundial (BM) estimam que, em 2040, o número de pessoas atendidas por casa de repouso no Brasil será cinco vezes maior que em 2008. Nesse sentido, o desafio do Serviço Social frente à população idosa consiste na construção de uma sociedade em que os idosos tenham um lugar ativo e proativo. Objetivou-se mapear na literatura o que têm sido produzidos nos últimos dez anos, sobre as contribuições do Serviço Social em relação ao envelhecimento populacional no Brasil. A metodologia ocorre através de uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados: CAPES, BVS e SCIELO, no período compreendido entre 2011 e 2021. A análise e interpretação dos resultados, assim como a apresentação da revisão, realizaram-se de forma descritiva, considerando os níveis de evidência. Os achados nos possibilitam afirmar que é possível compreender que o envelhecimento populacional é considerado uma dificuldade para o Estado e um desafio ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Envelhecimento Populacional. Idoso. Serviço Social.

Abstract: Data from the World Bank (WB) estimate that, in 2040, the number of people served by nursing homes in Brazil will be five times greater than in 2008. In this sense, the challenge of Social Services in the face of the elderly population consists of building a society in which the elderly have an active and proactive place. The objective was to map in the literature what has been produced in the last 10 years, about the contributions of Social Services in relation to population aging in Brazil. The methodology occurs through an integrative review of the literature carried out in the databases: CAPES, BVS and SCIELO, in the period between 2011 and 2021. The analysis and interpretation of the results, as well as the presentation of the review, were carried out in a descriptive way, considering the levels of evidence. The findings allow us to affirm that it is possible to understand that population aging is considered a difficulty for the State and a challenge to sustainable development.

Keywords: Population Aging. Elderly. Social Work

1 Sociólogo (UFC), Assistente Social (UECE), Pedagogo (FIC), Graduando em História (UECE), Mestrado em Sociologia (PPGS/UECE), Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP/UFC), Mestrado em Educação (PPGE/UFC), Doutorado em Ciências Sociais (PGCS/UFES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7529591719975820>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6792-1806>. E-mail: naciliosantos1@hotmail.com

Introdução

O envelhecimento populacional é um dos maiores desafios da sociedade contemporânea. Como as pessoas estão tendo maior longevidade, a sociedade terá que adaptar e aprender a lidar com esse envelhecimento. O desafio do serviço social frente à população idosa consiste na construção de uma sociedade em que os idosos tenham um lugar ativo e proativo. O processo de envelhecimento sempre será um tema presente nas mudanças que ocorrem na sociedade (Gontijo, 2005).

Nesse sentido, seja no Brasil ou na maioria dos países, o envelhecimento populacional é um processo em crescimento. O aumento da expectativa de vida¹ ampliará o número de doenças crônicas não transmissíveis e incapacitantes nos idosos, podendo alterar a dependência física, cognitiva e emocional, gerando a necessidade de cuidados permanentes aos familiares. Mudanças na estrutura familiar, bem como mudanças no status da mulher e nos valores sociais e familiares podem interferir no acesso desses idosos à ajuda familiar (Donati; Beuter; Schimith, 2018).

O estudo do envelhecimento da população tem sido assunto de debate sobre várias perspectivas, principalmente descrito e caracterizado por perda de valor, estatuto e papel social, ao qual se associou uma visão estereotipada de incapacidade e improdutividade. De acordo com Gontijo (2005), as dificuldades de aposentadoria e os gastos com doenças dificultam e geram gastos para o governo, que já há algum tempo, vem modificando as leis que beneficiavam os idosos. Para que esta realidade possa ser mudada, é preciso ter em vista alternativa de melhorar as condições de vida dos idosos, como o envelhecimento ativo.

Entendemos por envelhecimento ativo o desenvolvimento da independência, a capacitação dos idosos, bem como o incentivo para todas as possibilidades de participação plena na sociedade. Assim, as políticas públicas, programas e ações que envolvem esse público são cruciais para permitir que estes continuem a desempenhar seu trabalho de acordo com suas capacidades e preferências à medida que envelhecem e para prevenir e retardar incapacidades e doenças crônicas que implicam custos ao indivíduo, a família e ao sistema de saúde. Conseguir viver mais tempo, manter a autonomia e independências durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental para os indivíduos e governantes (Gontijo, 2005).

Os princípios de autodeterminação e justiça social são as bases e parte essenciais das ações de serviço social². Na prática, isso significa, por um lado, a defesa de direitos, autonomia e participação dos sujeitos. Por outro, significa desafiar a desigualdade por meio do aumento da coesão social, ou seja, valorizar os sujeitos sociais independentemente de sua condição social (Carvalho, 2011). Os profissionais do serviço social enfrentam desafios e precisam entender a complexidade do problema e atuar sobre ele, estabelecendo uma relação de ajuda abrangente, baseada na justiça social, afirma Carvalho (2011).

Este trabalho foi desenvolvido com base na revisão integrativa e dialoga sobre as contribuições do serviço social frente ao envelhecimento populacional. Entendendo, assim, como a sociedade terá que adaptar e aprender a lidar com este envelhecimento visto que há um expressivo aumento no número de idosos no Brasil nos últimos anos (Carvalho, 2011). Com base nessas considerações, nesta pesquisa, mapeamos na literatura o que têm sido produzidos, nos últimos dez anos, sobre as contribuições do serviço social em relação ao envelhecimento populacional no Brasil.

Metodologia

A revisão integrativa de literatura é um método que oferece informações amplas sobre o assunto/problema destacados no texto. Tem o objetivo de analisar algumas literaturas que abrangem o tema da pesquisa em questão de forma ordenada, abrangente e sistemática,

1 Com o extensivamente e rápido desenvolvimento tecnológico, nos mais variados aspectos da vida, como o campo da saúde, alimentação, tecnologia, fez com que aumentasse a expectativa de vida das pessoas nos países de modo geral.

2 Esses princípios fazem parte do Código de Ética do Serviço Social e norteiam sua prática-interventiva nos campos de atuação profissional (Barroco, 2010).

oferecendo informações mais amplas sobre o assunto. Deste modo, permite que a pesquisa seja direcionada a estudos de tópicos particulares, elaborando uma revisão integrativa com diferentes finalidades (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014).

A presente revisão foi composta das seguintes etapas: a) Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; b) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão; c) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; d) Categorização dos estudos selecionados; e) Análise e interpretação dos resultados; f) Apresentação da revisão (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A pergunta norteadora da pesquisa foi: *“Quais as contribuições do Serviço Social em relação ao envelhecimento populacional no Brasil?”*. Os critérios de inclusão foram os seguintes: analisar o título e resumo do artigo selecionado que aborde a pergunta norteadora; compor formato de artigo publicado por autores nacionais; texto completo disponível gratuitamente e publicado entre os anos de 2011 a 2021. Os critérios de exclusão foram: artigos que não abordavam a pergunta norteadora; material repetido; trabalhos de conclusão de curso (TCCs); dissertações de mestrado; teses de doutorado; língua estrangeira e trabalhos de anais de eventos científicos.

Utilizou-se a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo adotados, a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), os seguintes elementos combinados nos campos do título, resumo e assunto: Envelhecimento Populacional; Idoso; Serviço Social. A estratégia de busca foi realizada na base de dados do portal periódicos da CAPES; no portal da biblioteca virtual em saúde (BVS), bem como nas bases de dados: LILACS, BDENF – Enfermagem, MEDLINE, Index Psicologia e no portal de periódico eletrônico do Scientific Electronic Library Online (SciELO.org). Como limite optou-se pela seleção de artigos publicados por autores nacionais entre os anos de 2011 a 2021.

No quadro I são apresentadas estratégias de buscas realizadas nas respectivas bases de dados:

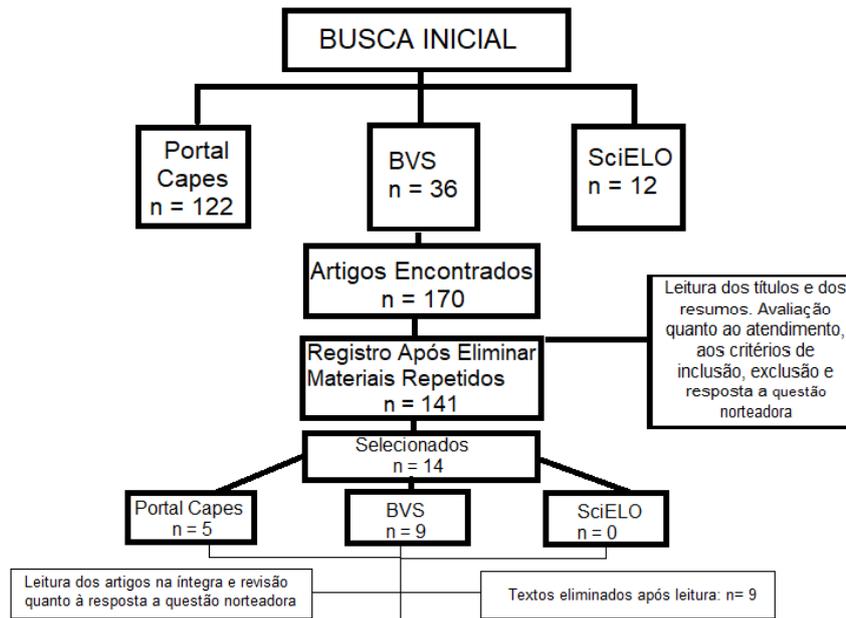
Quadro 1. Estratégias de buscas realizadas nas respectivas bases de dados (2011-2021)

Base de Dados	Estratégia de Busca	Resultados
Portal Periódico da CAPES	(“Serviço Social”) AND (“Idoso” OR “Envelhecimento Populacional”) AND (la:(“pt”)) AND (year_cluster: [2011 TO 2021])	122
BVS	(“Serviço Social”) AND (“Idoso” OR “Envelhecimento Populacional”) AND (la:(“pt”)) AND (year_cluster: [2011 TO 2021])	36
SciELO	(“Serviço Social”) AND (“Idoso” OR “Envelhecimento Populacional”) AND “Portuguese” AND year_cluster: (“2011” OR “2012” OR “2013” OR “2014” OR “2015” OR “2016” OR “2017” OR “2018” OR “2019” OR “2020” OR “2021”)	12
Total		170

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A seguir, através de um gráfico das ações de pesquisa realizadas, conforme a metodologia de obtenção de dados descritos acima, iremos nos debruçar sobre os passos que foram realizados para a escolha dos artigos que versam sobre o objeto da pesquisa. Desse modo, é importante ficarmos atentos a cada etapa, pois elas conversam sobre a inclusão e exclusão dos artigos utilizados para a análise do objeto.

Gráfico 1. Identificação, seleção e inclusão das publicações que compuseram a revisão integrativa.



AMOSTRA FINAL DA REVISÃO - N = 5

PORTAL CAPES	BVS	SciELO
0	5	0

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Foram apontados 170 artigos na estratégia de busca inicial conforme metodologia exposta acima. Após eliminar os 29 materiais repetidos, foram identificados 141 artigos. Posteriormente, realizou-se leitura dos títulos, resumos, bem como avaliação quanto ao atendimento aos critérios de *inclusão* e *exclusão*. Nesse sentido, foram excluídos 127 artigos que não abordaram sobre a temática do estudo e foram incluídos 14 artigos, sendo cinco (5) do Portal CAPES, nove (9) da BVS e zero (0) da SciELO. Em seguida, foi realizada a leitura dos artigos na íntegra e revisão quanto à resposta da pergunta norteadora e nove (9) artigos foram retirados. A amostra final da revisão obteve cinco (5) artigos, sendo zero (0) do Portal CAPES, cinco (5) da BVS e zero (0) da SciELO. As informações dos artigos selecionados foram extraídas para as tabelas do Microsoft Excel, as quais continham as características dos estudos (autores, ano de publicação, objetivos e métodos), principais resultados encontrados e nível de evidência. A análise dos resultados e a apresentação das revisões foram realizadas de forma descritivas, permitindo ao leitor avaliar a aplicabilidade das revisões abrangentes desenvolvidas para o alcance dos objetivos do método.

As publicações também foram analisadas de acordo com os sete níveis de evidência. No nível 1, as evidências são provenientes de revisão sistemática ou metanálise de todos os relevantes ensaios clínicos randomizados, controlados ou oriundas de diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos; No nível 2, evidências derivadas de, pelo menos, um ensaio clínico randomizado, controlado, bem delineado; nível 3, evidências obtidas de ensaios clínicos bem delineados sem randomização; nível 4, evidências provenientes de estudos de corte e de caso-controlado bem delineados; nível 5, evidências originárias de revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; nível 6, evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; nível 7, evidências oriundas de opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas (Melnyk; Fineout-Overholt, 2005).

Os principais resultados apontam que os cinco (5) artigos selecionados foram publicados em 2019 (1/5), 2018 (3/5), 2017 (1/5), onde todos foram disponibilizados pela base de dados da BVS (5/5) e tiveram como periódicos: Textos & Contextos (3/5), Revista Kairós-Gerontologia (1/5) e

Licere (1/5). Os artigos foram publicados no Brasil (5/5) e disponíveis nos idiomas Inglês/Português/Espanhol (3/5), Inglês/Português (1/5) e Inglês/Português/Espanhol/Francês (1/5). Desse modo, no quadro 2, apresentamos a síntese dos artigos selecionados levando em consideração o título, autor/ano, base de dados/periódicos, país e idioma.

Quadro 2. Síntese das principais características dos estudos incluídos no artigo, segundo o título, autor/ano, base de dados/periódicos, país e idioma (2011 – 2021)

N	Título do Artigo	Autor / Ano	Base de dados / Periódico	País	Idioma
A1	Envelhecimento, sustentabilidade e reforma do Sistema de Seguridade Social brasileiro: um novo desafio demográfico para uma velha questão política.	GONÇALVES; BRANCHI/2019	BVS/ Textos&Contextos	Brasil	Inglês, Português e Espanhol.
A2	Perfil dos Idosos do Centro-dia para Idosos “A Mão Branca”.	YAMAGUCHI et al./ 2018	BVS / Revista Kairós- Gerontologia	Brasil	Inglês e Português.
A3	Programa vida saudável em contagem: a perspectiva de um gestor.	REZENDE et al./2018	BVS/ Licere	Brasil	Inglês, Português, Espanhol e Francês.
A4	Organização do Cuidado ao Idoso Dependente.	DONATI; BEUTER; SCHIMITH/2018	BVS/ Textos&Contextos	Brasil	Inglês, Português e Espanhol.
A5	A Territorialização da Política Nacional de Assistência Social e a Proteção Social das Pessoas Idosas usuárias do Benefício de Prestação Continuada no Corede do Vale do Rio Pardo – RS.	PIOVESAN; KIST/ 2017	BVS/ Textos&Contextos	Brasil	Inglês, Português e Espanhol.

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

No quadro 3, abaixo, selecionamos as principais informações extraídas dos artigos incluídos. Desse modo, descrevemos os objetivos, considerações metodológicas e nível de evidência.

Quadro 3. Síntese dos artigos selecionados segundo objetivos, metodologia utilizada e evidências (2011 – 2021)

N	RESULTADOS
A1	<p>Por meio de políticas de assistência social, o governo federal proporciona condições econômicas de vida aos idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e garante o pagamento de benefícios e pensões por meio do sistema previdenciário. De fato, o valor utilizado para financiar o sistema previdenciário, além dos serviços médicos, também garante a base econômica da população idosa, pelo menos para que essa parcela da população tenha boas condições de vida (Gonçalves; Branchi, 2019).</p> <p>Após a implantação de um sistema unificado de assistência social, foram aprimorados os meios de atuação da rede municipal de seguridade social, inclusive na forma de parcerias com entidades assistenciais, possibilitando a diversificação e ampliação dos serviços aos idosos. Dessa forma, os benefícios e serviços de assistência social se complementam, proporcionando proteção social integral aos idosos e suas famílias (Gonçalves; Branchi, 2019).</p>
A2	<p>Os profissionais “Centro-dia” e os assistentes sociais são orientados a se tornarem facilitadores desse processo, respeitando as limitações do idoso e desbloqueando suas potencialidades, a partir de uma compreensão integral e humana da velhice e do envelhecimento (Yamaguchi et al., 2018).</p>
A3	<p>Para oferecer serviços sociais de qualidade aos idosos é necessário trabalhar com os órgãos para desenvolver políticas sociais públicas, incluindo atividades culturais, esportivas e de lazer, para ampliar o gozo dos direitos constitucionais desses sujeitos (Rezende et al., 2018).</p>
A4	<p>Os profissionais de serviço social devem trabalhar diretamente com os idosos e seus cuidadores para ouvir atentamente e examinar a realidade (Donati; Beuter; Schimith, 2018).</p> <p>Os assistentes sociais devem trabalhar diretamente com os idosos para identificar as relações sociais que são relevantes para os indivíduos, pois essas relações afetam os resultados de saúde e se refletem em idosos que necessitam de cuidados mais específicos (Donati; Beuter; Schimith, 2018).</p> <p>Faz-se necessário compreender as redes de apoio existentes, incluindo vínculos familiares, situação financeira e as vulnerabilidades das próprias redes, que podem levar a internações prolongadas. Nesse sentido, os profissionais auxiliam no atendimento das necessidades dos idosos, fazem encaminhamentos qualificados e monitoram sua efetividade (Donati; Beuter; Schimith, 2018).</p> <p>É importante que os profissionais do serviço social efetuem encaminhamentos qualificados à rede de proteção e de atendimento socioassistencial, no sentido de garantir o suprimento das necessidades dos idosos (Donati; Beuter; Schimith, 2018).</p> <p>Quando a situação financeira da família é precária ou inexistente, e as redes de assistência social e de segurança não conseguem atender efetivamente às necessidades dos idosos, a estratégia empregada pelos profissionais é a judicialização das necessidades. Nesses casos, um relatório social é emitido pelo assistente social com o objetivo de comunicar toda a situação vivida às entidades competentes, como o setor público e promotor dos direitos humanos para encaminhamento e acompanhamento mediante solicitação (Donati; Beuter; Schimith, 2018).</p>
A5	<p>Constatou-se que o CRAS possui vínculos geográficos com outros serviços e políticas públicas para idosos da região, principalmente por meio de encontros com redes de serviços socioassistenciais para auxiliar na superação das situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas pelos idosos e suas famílias (Piovesan; Kist, 2017).</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Discussão

Para dialogarmos sobre envelhecimento populacional no Brasil, faz-se necessário compreender brevemente sobre o conceito de “pessoa idosa”. De acordo com a Política Nacional do Idoso³ e o Estatuto da Pessoa Idosa⁴, definem como pessoa idosa aquela que possui sessenta anos ou mais (Brasil, 1994; Brasil, 2003). Por outro lado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como pessoa idosa as pessoas com sessenta anos ou mais para as pessoas residentes nos países em desenvolvimento⁵ e sessenta e cinco anos ou mais pessoas residentes nos países desenvolvidos (Marli, 2019).

Entendendo que são considerados idosos pessoas com sessenta anos ou mais, conseguimos perceber uma grande diversidade comportamental deste grupo, visto que estamos falando de um grupo composto por pessoas com total autonomia, mas também encontramos pessoas sem capacidade para desenvolver atividades básicas do dia a dia (Camarano; Pasinato, 2004).

As primeiras características que podemos perceber na velhice são os sinais físicos, como a pele enrugada, os cabelos brancos, a dificuldade em andar, de fazer atividades físicas e a sensibilidade em contrair doenças, oriunda da diminuição da imunidade biológica. Tais alterações são naturais e podem ocorrer com uma velocidade mais rápida ou mais lenta, dependendo da genética e o modo com que este idoso cuida da sua saúde.

De acordo com Camarano e Pasinato (2004), a velhice é um processo em que traz ao idoso uma dependência significativa, muitas vezes gerada pela mazela e pela falta de amparo às doenças comuns que o aumento da idade traz a pessoa idosa. Desta forma, podemos considerar que é uma etapa da vida que deve ser respeitada e admirada, visto que são pessoas com total entendimento e experiência de vida, onde agregam conhecimento para toda sociedade.

Dito isso, este estudo visou considerar, de acordo com a literatura, três principais intervenções que contribuem para um envelhecimento mais ativo e proativo. São eles: políticas públicas específicas para esse público, rede de proteção e de atendimento socioassistencial e cuidados com os idosos.

No que diz respeito às “políticas públicas”, 2/5⁶ artigos (A1 e A3)⁷ apresentam como proposta de intervenção algumas melhorias em políticas sociais⁸. Neste sentido, o A1 aponta que através das políticas de assistência social, o governo federal deve proporcionar condições de sobrevivência econômica aos idosos em situação de vulnerabilidade social e garantir o pagamento de benefícios e pensões por meio do sistema de seguridade social. De fato, o valor destinado ao custeio do sistema previdenciário, além dos serviços médicos, também garante a base econômica da população idosa e, pelo menos, proporciona condições de vida a essa parcela da população (Gonçalves; Branchi, 2019). O A3 corrobora destacando que, para garantir aos idosos maior qualidade de vida, o serviço social pode contribuir desenvolvendo políticas públicas em parceria com as instituições (públicas ou privadas), onde desenvolva atividades culturais, esporte e lazer a fim de ampliar os acessos aos direitos dos idosos que foram constitucionalmente estabelecidos (Rezende et al., 2018).

O serviço de assistência social e de bem-estar social, bem como tratamentos preventivos, apoio psicológico e social são de máxima importância para que o envelhecimento seja visto como uma chance de viver de forma saudável e independente. Para Martins (2005), a assistência prestada ao idoso tem como função instruí-lo para certas mudanças de comportamento e atitudes que possam diminuir sua qualidade de vida, dando-lhe mais chances de viver bem por mais tempo.

3 A Política Nacional do Idoso foi criada a partir da lei número 8.842, de 04 de janeiro de 1994, no governo do presidente Itamar Franco. De lá para cá muitas modificações ocorreram advinda das necessidades destes sujeitos.

4 O Estatuto da Pessoa Idosa foi criado a partir da lei número 10.741, de 01 de outubro de 2003, no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

5 Países em desenvolvimento ou países periféricos que no passado já foi denominado de países subdesenvolvidos compreendem os países que não estão na Europa e nem na América do Norte, por exemplo, Brasil, China, Índia, África do Sul, Rússia, entre outros.

6 Lê-se: “... dois (2) de cinco (5) artigos pesquisados”.

7 Refere-se ao Quadro 3.

8 De acordo com Polanyi (1980), políticas sociais faz referência ao conjunto de intervenções políticas que visa garantir direitos básicos de reprodução do indivíduo, como alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho, renda, lazer, etc. O objetivo dessas políticas é promover a justiça social e o bem-estar dos que mais precisam das políticas sociais que são colocados em prática pelo Estado.

O serviço social tem tido papel relevante no atendimento às demandas da população idosa, estando também presente nos movimentos sociais e nas frentes das lutas pelos seus direitos. Com sua característica interventiva e de comprometimento com as causas sociais, os assistentes sociais participam deste processo como agentes políticos de transformação social, modificando a relação caritativa e assistencialista que se tinha no passado, com sua clientela, transcendendo o papel meramente burocrático, da simples execução das políticas sociais, e aliando-se aos movimentos sociais, sendo solidários à luta, porém evitando a tutela e a ocupação do espaço político dos idosos (Goldman, 2000).

Ao longo da história e do desenvolvimento da profissão da assistência social, de acordo com Paulino (2006), esses profissionais vêm ampliando o seu campo de atuação, incorporando novas ferramentas de trabalho, incluindo teoria, metodologias, história e prática, enriquecendo assim a sua prática profissional em diferentes contextos, entre eles, o campo da assistência à pessoa idosa.

Considerando a “rede de proteção e de atendimento socioassistencial”, 3/5 artigos (A1, A4 e A5), nos mostra que a rede de proteção e os atendimentos trouxeram diversos benefícios à população idosa. O A1 relata que após a implantação do sistema único de assistência social (SUAS)⁹, foram aprimorados os instrumentos operacionais da rede municipal de proteção social, incluindo a forma de parcerias com entidades assistenciais, possibilitando a diversificação e ampliação do atendimento aos idosos. Desta forma, os benefícios e serviços de assistência social complementam-se para fornecer segurança social adequada para os idosos e suas famílias (Gonçalves; Branchi, 2019).

Na sequência, o A4 nos diz que é preciso compreender também a rede de apoio existente para fortalecer os vínculos com a pessoa idosa e isso inclui as relações familiares, as condições econômicas e a fragilidade da própria rede, o que ampliará o tempo de internação. Nesse sentido, os profissionais do campo da assistência auxiliam no atendimento das necessidades dos idosos, fazem encaminhamentos qualificados e acompanham sua efetividade. Desse modo, é necessário que o assistente social tenha consciência da importância de efetuar encaminhamentos qualificados à rede de proteção e de agenciamento socioassistencial, suprimindo a demanda da população idosa (Donati; Beuter; Schimith, 2018).

O A5 nos mostra que, para que haja uma superação na vulnerabilidade dos idosos e suas famílias, é preciso identificar uma articulação territorial do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)¹⁰, principalmente através de reuniões com a rede de serviços socioassistenciais (Piovesan; Kist, 2017).

No que diz respeito aos “cuidados com os idosos”, 2/5 artigos (A2 e A4) nos ressalta a importância do zelo com a pessoa idosa. Neste sentido, o A2 expõe que os profissionais do serviço social, a partir de uma compreensão integral e humanizada sobre velhice e envelhecimento, são orientados a se constituírem como seres facilitadores desse processo, respeitando as limitações dos idosos e estimulando suas potencialidades (Yamaguchi *et al.*, 2018).

E o A4 completa este raciocínio dizendo que os profissionais do serviço social devem atuar diretamente com o idoso e seus cuidadores, mediante escuta e olhar atento sobre a realidade, a fim de identificar as relações sociais que dizem respeito ao indivíduo, pois estas influenciam nas condições de saúde e se refletem nas situações que o idoso requer cuidados específicos (Donati; Beuter; Schimith, 2018).

O cuidado com a saúde pode ser um grande aliado para o bem-estar do idoso, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da ciência, onde traz aperfeiçoamento de novas técnicas hospitalares, colaborando para a qualificação da assistência. Entretanto, as limitações que os idosos trazem causam uma dependência de cuidados para ele e para todos em sua volta, sendo na maior parte das vezes a família.

Fazendo uma comparação entre os gêneros, percebe-se uma expressiva diferença na longevidade dos homens para as mulheres, de acordo com Veras (2003). Segundo os últimos dados

9 O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi criado em 2005 com o objetivo de fortalecer as políticas públicas e os direitos sociais para a população mais vulnerável.

10 Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) surgiu a partir da criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, com o objetivo de descentralizar, territorialmente as políticas públicas, programas e ações socioassistenciais numa perspectiva de atenção básica para a garantia dos direitos sociais dos mais vulneráveis.

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹¹ existe uma predominância grande das mulheres sobre os homens em consequência ao “maior zelo que elas costumam ter com a saúde”¹². Desta forma, como elas vivem mais do que os homens, o número de mulheres idosas e viúvas é bem maior do que o de homens, idosos e viúvos (Veras, 2003).

Segundo Gerontol (2017), as políticas públicas devem trabalhar ressaltando o sentido positivo do envelhecimento, tendo em vista a rica experiência de vida, habilidades e conhecimento que o idoso proporciona para o desenvolvimento da sociedade. Para isso, é necessário que haja uma compreensão numa dimensão biológica, psicológica, espiritual e social, onde são evidenciadas necessidades de adotar hábitos associados ao estilo de vida, a fé, ao apoio da família, amigo e companheiro do idoso.

Como medida de enfrentamento do constante aumento da população idosa serão necessários investimentos em várias frentes de enfrentamento. A questão social dos idosos, perante sua dimensão, exigem políticas públicas amplas e eficazes entre os órgãos governamentais e não governamentais. De acordo com Veras (2003), ainda tem muito que fazer, tendo em vista a diminuição de lacunas deixadas pelo tempo.

Se a sociedade fosse mais tolerante, onde o respeito as diferenças fossem um valor primordial e passassem a considerar o ser humano como prioridade absoluta, independentemente de sua idade, um novo cenário para a velhice poderia ser construído, garantindo assim a efetivação de políticas públicas que busquem efetivar a inclusão social para todos.

Ao analisarmos acima as três principais intervenções sobre o envelhecimento populacional podemos dizer que tivemos uma mudança grandiosa a respeito do número de idosos no Brasil e, conseqüentemente, um avanço no requisito ao atendimento dos usuários, sendo que nas últimas décadas éramos considerados um país jovem, pois havia pouco mais de 5% da população com idade acima dos sessenta anos. Aquela realidade que ficou no passado, fazia com que as condições dos idosos não estivessem presentes na agenda da sociedade brasileira e os problemas enfrentados por esse segmento da sociedade ficavam invisibilizados, afirma Miranda (2009).

O envelhecimento populacional ativo é o processo de otimizar oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida. O termo “ativo” refere-se a continuar participando de questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e cívicas, não apenas a capacidade de participar de atividades esportivas ou de se tornar força de trabalho. Idosos aposentados e pessoas com doenças ou necessidades especiais podem continuar contribuindo ativamente com suas famílias, parceiros, comunidades e o país. Afirma Gontijo (2005), o objetivo do envelhecimento ativo é melhorar as expectativas e a qualidade de vida de todos os idosos para uma vida saudável. O termo “saúde” refere-se à saúde física e mental conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Portanto, em projetos de envelhecimento ativo, políticas e programas que promovam a saúde mental e as relações sociais são fundamentais para melhorar a saúde física.

Os métodos de envelhecimento ativo são baseados no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas idosas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização estabelecidos pelas Nações Unidas. Portanto, o planejamento estratégico não se concentra mais nas necessidades (considerando os idosos como alvos passivos), mas adota uma abordagem baseada em direitos que permitem o reconhecimento à igualdade de oportunidades e tratamento em todos os aspectos da vida à medida que envelhecem. Para Gontijo (2005), esta abordagem apoia nos princípios dos idosos em exercer suas responsabilidades de participação no processo político e em outros aspectos da vida comunitária.

Entretanto, o que revela um quadro de conquistas e avanços também sinaliza uma necessidade de um posicionamento quanto à desigualdade no acesso às condições de vida e de bem-estar social saudável para estes usuários. Considerando a realidade brasileira, Silva (2016) nota que o processo de envelhecimento da população se caracteriza como expressões de questão social

11 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

12 Muito embora saibamos que as mulheres vêm buscando seus espaços na sociedade, ainda é predominante sua ocupação no espaço doméstico. Contudo, a ideia de que o homem trabalha mais do que a mulher parte de uma visão “miope” e desconhecedor da realidade que atravessam milhões de brasileiras.

que aprofunda a desigualdade e concentra maiores privilégios a uma parte da população. Desta forma é necessário que haja um redirecionamento das ações do Estado, já que o envelhecimento populacional é caracterizado enquanto um problema social.

De acordo com Martinez (1997, p. 18), “na Constituição Federal (CF) de 1988, enorme passo programático foi dado, enfatizando a cidadania da pessoa de idade avançada, formatando-se alguns princípios fundamentais para uso dos juristas”. A CF/1988 serviu de base para a elaboração de políticas de assistência aos idosos e com a sua promulgação esse seguimento da população passou a ser mais vistos como sujeitos de direitos¹³ tendo garantias básicas previstas legalmente.

O artigo 1º da Lei nº 8.842 diz que “a Política Nacional do Idoso tem como objetivo central de garantia dos direitos sociais do idoso, criar condições, promover a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Desse modo, entende-se que as diretrizes da Política Nacional do Idoso estão voltadas para a promoção da saúde, as condições emocionais e sociais desses sujeitos no país. Relacionado a isso, Santos (2015) afirma que essas garantias servirão como base para o delineamento de ações por parte dos entes federal, estadual e municipal desde que os idosos tenham uma vida melhor.

O Brasil tem uma população de mais de 31 milhões de pessoas idosas, correspondendo a 14,7% da população do país. De acordo com as projeções populacionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022¹⁴, esse percentual tende a crescer nas próximas décadas. De acordo com a pesquisa, até 2043, as pessoas com mais de sessenta anos representará um quarto da população do país. Segundo a demógrafa do IBGE Izabel Marri, a partir de 2047, a população deve parar de crescer, o que levará ao processo de envelhecimento - a proporção de idosos ainda é maior em relação à população mais jovem (Perissé; Marli, 2019).

Cada vez mais pessoas estão vivendo o processo de envelhecimento sem a necessidade de afastamento de suas atividades cotidianas, pois eles estão se tornando seres ativos e capazes de dar respostas aos desafios do dia a dia. O aumento dos métodos eficazes de sobrevivência, a diminuição das taxas de mortalidades e a capacidade de controlar a natalidade, são fatores que tem contribuído positivamente para o aumento do envelhecimento da população. Com o aumento da longevidade é sempre importante avaliar que este envelhecimento seja uma maneira de viver de forma saudável e autônoma.

Para ter uma vida de qualidade, os idosos de hoje e os do futuro, devem garantir seus direitos na saúde, trabalho, assistência social, educação, cultura, esporte, moradia e transporte. No Brasil, esses direitos são regulados pela Política Nacional do Idoso e pela Lei do Idoso, aprovadas em 1994 e 2003, respectivamente. Ambos os documentos devem servir de base para políticas públicas e iniciativas que promovam a efetivação dos direitos dessas pessoas (Perissé; Marli, 2019).

Considerações

Podemos denotar pela análise dos artigos selecionados para esta pesquisa que o envelhecimento populacional é considerado uma dificuldade para o Estado, a sociedade civil, a família e um desafio para a assistência social, pois no momento da velhice, estes sujeitos passam a não ter função contributiva¹⁵. Desta forma, podemos entender a necessidade de conscientizar a população quanto à responsabilidade social que o Estado tem perante a população idosa, sendo extremamente importante que esses sujeitos busquem os seus direitos e que o Estado preserve as suas responsabilidades, criando políticas públicas, programas, projetos e ações para este público.

O número de pessoas idosas no país, conforme dados do último censo do IBGE, cresce

13 A Constituição Federal do Brasil de 1988, também denominada de Constituição Cidadã, trouxe para a arena dos direitos o reconhecimento e garantias jurídicas para sujeitos que possuíam pouca visibilidade pública, como as crianças e adolescentes e os idosos.

14 Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que ocorreu em 2022. Ver site: <https://www.ibge.gov.br/>

15 Não é menos verdade que os sujeitos que recebem maior atenção são aqueles que servem para garantir os rendimentos do sistema capitalista. E os idosos, diferentemente dos adultos e jovens, são peças descartáveis para este sistema. E o grande desafio da assistência social está em promover, através de práticas, ações e intervenções, que estes sujeitos possuem direitos e podem ser ativos na sociedade conforme suas características.

cada dia e é preciso saber lidar com esta realidade. Levando em consideração as gerações, adultos e jovens precisam saber como tratar e serem pacientes diante das dificuldades dos mais velhos quanto à locomoção, aprendizagem, adaptação, entre outras dificuldades que surgem advindas dessa faixa etária. As famílias, os órgãos governamentais e o poder público precisam criar medidas para que estes idosos tenham um envelhecimento ativo e não sejam deixados em abrigos, ou abandonados por falta de cuidados da família e suporte do governo.

Com base nos autores da literatura sobre a temática constatou-se que o assistente social desempenha um papel importante no atendimento das necessidades da população idosa. Esses profissionais também estão envolvidos nos movimentos sociais e na linha de frente da luta pela efetivação dos direitos desses sujeitos. A partir da perspectiva intervencionista e comprometida com as questões sociais dessa geração, os assistentes sociais se engajam no processo como agentes políticos de transformação social, revertendo às antigas relações beneficentes e assistencialistas e colocando esses sujeitos para serem protagonistas da sua própria história.

Contudo, como fator limitante, ainda há necessidade de maior conhecimento da população acerca dos direitos, no sentido de que haja uma melhor preparação das famílias, dos profissionais da assistência social e demais áreas e da sociedade em geral para lidar com o processo de envelhecimento da população brasileira.

Referências

ADAMS, Robert; DOMINELLI, Lena; PAYNE, Malcolm. **Critical practice in social work**. 2ª ed. London: Palgrave, macmillan, 2009.

ANDRADE, Marília de Carvalho Seixas. Campo de intervenção do serviço social: autonomias e heteronomias do agir. **Intervenção Social**. v. 12, n. 23-24, p. 217-232, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos antológicos**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: MPAS, 1994.

BRASIL. **Lei no 10.741, de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: 2003.

BRUNO, Regina Pastor. **Cidadania não tem idade**. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Organizado por Ana Amélia Camarano. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2004.

CARVALHO, Maria Irene Lopes de. **Os Cuidados domiciliários em instituições de solidariedade social no conselho de cascais**. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE--IUL, 2010. Disponível em [www:http://hdl.handle.60 Lusíada](http://hdl.handle.60 Lusíada). Intervenção Social; Lisboa, 2021.

CARVALHO, Maria Irene. **A atuação do assistente social promotora de cidadania na transição pós-moderna**. Lisboa: ISSS, 1996.

DOMINELLI, Lena. **Social work: theory and practice for a changing profession**. Cambridge: Polity Press, 2004.

DONATI, Liamar; BEUTER, Margrid; SCHIMITH, Maria Denise. Organização do cuidado ao idoso

dependente. **Textos & Contextos**. v. 17, n. 1, p. 115-125, 2018.

ERCOLE, Flávia Falsi; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia. Goulart Constant. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**. v. 18, n. 1, p. 1-11, 2014.

GOLDMAN, Sara Nigri. Velhice e direitos sociais. In GOLDMAN, Sara Nigri. (orgs.). **Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?** Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2000.

GONÇALVES, Anderson; BRANCHI, Bruna Angela. Envelhecimento, sustentabilidade e reforma do Sistema de Seguridade Social brasileiro: um novo desafio demográfico para uma velha questão política. **Textos & Contextos**. v. 18, n. 2, p. 348-36, 2019.

GONTIJO, Suzana. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade**. SP: Cortez, 1998.

MIRANDA, Danilo Santos. Socialização e participação dos idosos: o caso sesc. **Perspectiva social do envelhecimento**. Maria Cristina Dal Rio, Danilo Santos de Miranda; [coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso]. São Paulo: Secretaria estadual de assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009.

PAULINO, Luciana Fernandes. **O Fenômeno de envelhecimento populacional no Brasil e a participação do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

PAYNE, Malcolm. **Humanistic social work**. London: Palgrave, macmillan, 2011.

PIOVESAN, Alice Raquel; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Territorialização da política nacional de assistência social e a proteção social das pessoas idosas usuárias do benefício de prestação continuada no corede do vale do rio pardo – RS. **Textos & Contextos**. v. 16, n. 2, p. 373-387, 2017.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REZENDE, Ana Caroline Pinto et al. Programa vida saudável em contagem: a perspectiva de um gestor. **Licere**. Belo Horizonte, v.21, n.1, 2018.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Integrative review: what is it? How to do it?** São Paulo: Einstein, 2010.

VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social e Sociedade**, v. 75, n.2, p. 1-14, 2003.

YAMAGUCHI, Mariana Barbosa et al. Perfil dos idosos do centro-dia para idosos “a mão branca”. **Revista Kairós-Gerontologia**. v. 21, n. 2, p. 393-405, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas sociais e assistenciais: estratégias contraditórias de gestão estatal da pobreza das classes subalternas. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1996.

Recebido em 18 de outubro de 2022.

Aceito em 11 de julho de 2023.